

COMBATE AO TERRORISMO

Governo tenta justificar presença de mercenários alegando que é uma necessidade para a segurança das multinacionais



Pela primeira vez, o Governo moçambicano assumiu que há empresas militares privadas que estão a operar lado a lado com as Forças de Defesa e Segurança no combate contra os terroristas em Cabo Delgado. A assunção foi feita na quarta-feira, 28 de Outubro, pelo Ministro do Interior, Amade Miquidade, em resposta às perguntas feitas pela Bancada da Renamo durante a sessão de Informações do Governo à Assembleia da República.

O governante usou o eufemismo “consultores de segurança” para referir-se aos mercenários do Dyck Advisory Group (DAG) e justificou a sua intervenção afirmando que o combate ao terrorismo exige um nível de avaliação e de peritagem que as FDS não possuem. “Países de todos os quadrantes do mundo e militarmente mais pujantes do que nós sofrem deste mal por muitos anos e das mais diversas formas”.

Ademais, defendeu o Ministro do In-

terior, os novos actores económicos que entraram em Cabo Delgado têm uma dinâmica securitária específica. “A continuidade destes investimentos demanda uma segurança especializada em meios que não temos e, em qualquer parte do mundo onde operam, esta componente é atribuída a grupos específicos, os consultores de segurança”, disse, numa clara tentativa de deixar passar a ideia de que as empresas militares privadas foram contratadas

pelas multinacionais que exploram o gás da bacia do Rovuma.

A verdade, porém, é que não foram as multinacionais, mas sim o Governo quem contratou os mercenários do DAG em finais de Março, quando os grupos terroristas lançaram uma série de ataques e assaltaram as sedes distritais (Quissanga e Macomia), incluindo a estratégica vila municipal da Mocímboa da Praia. Com um contrato de três meses, o DAG iniciou as suas operações em Abril, com cerca de 30 mercenários, dois helicópteros de combate Gazelle, duas avionetas de vigilância Bat Hawk equipadas com armas frontais, um helicóptero de transporte Allouette equipado com uma arma e mais duas aeronaves de asa fixa.

À excepção dos helicópteros Gazelle, as outras aeronaves não são necessariamente de combate, mas foram adaptados e equipados com armas. Isto mostra que a empresa contratada pelo Governo também não tem meios apropriados e à altura para conter o avanço dos terroristas. Aliás, o DAG já estava em operações quando os terroristas assaltaram a sede do Distrito de Muidumbe (Namacande) e massacraram 52 jovens na aldeia de Xitaxi - no mesmo distrito, e voltaram a assaltar a sede do Distrito de Macomia e, por duas ocasiões, a vila municipal da Mocímboa da Praia - que ainda se encontra ocupada.

Em Junho, o Governo estendeu o contrato com o DAG até finais do ano, mas os valores envolvidos não são do conhecimento público. Aliás, foi através de uma entrevista de Lionel Dyck, coronel zimbabweano na reserva e proprietário do DAG¹, que os moçambicanos ficaram a saber da renovação do contrato e dos planos de treinar homens para operações em terra. "No momento, nossa capacidade de ataque está quase totalmente no ar. Atacamos os campos inimigos pelo ar e estamos usando aeronaves para interditar seus suprimentos que estão sendo transportados por terra e por mar²", disse Lionel Dyck.

Confirmando a liderança da Polícia da República de Moçambique (PRM) e não das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) no "Comando Operacional Norte", a entrevista revela que o dono do DAG foi abordado pelo "chefe de Polícia de Moçambique" em Setembro de 2019 sobre a possibilidade de ajudar a combater a insurreição em Cabo Delgado. Esta



revelação mostra que os mercenários que antes combatiam a caça furtiva nas áreas de conservação nacionais entraram para a luta contra o terrorismo pela mão do Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, homem de mão do Presidente da República, Filipe Nyusi.

Moçambique não aderiu à Convenção da OUA (extinta Organização da Unidade Africana) para a Eliminação do Mercenarismo em África de 1977 e à Convenção Internacional contra o Recrutamento, Utilização, Financiamento e Treinamento de Mercenários, adoptada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas de 1989, dois instrumentos que visam eliminar o mercenarismo e superar a grave ameaça que representa para a independência, soberania e integridade territorial e desenvolvimento harmonioso dos Estados³.

Além de ser uma prática já em desuso e que não está a mostrar resultados posi-

vos, a contratação de mercenários para o teatro das operações em Cabo Delgado não reúne consenso no seio das altas patentes das FDS. O Comando-Geral da Polícia - que assume a liderança do "Comando Operacional Norte", liderou a contratação do DAG, mas as FADM estão contra a presença de mercenários no teatro das operações.

Na verdade, o desejo das FADM é assumir a liderança do comando operacional de Cabo Delgado, à luz do artigo 8 da Lei nº17/97, de 1 de Outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança, que estabelece que a componente militar da Defesa Nacional é exclusivamente assegurada pelas FADM e a não militar pelos demais órgãos do Estado. A mesma lei atribui às Forças Armadas a missão de assegurar a defesa militar contra quaisquer ameaças ou agressões externas, incluindo o terrorismo⁴.

¹ <http://africaunauthorised.com/?p=3383&fbclid=IwAR2AVbfzBqZjZWV5L6usjVmxoSTP3oIWD8c5MrOY-l8zKL2AnVVZU7TJOY>

² <http://africaunauthorised.com/?p=3383&fbclid=IwAR2AVbfzBqZjZWV5L6usjVmxoSTP3oIWD8c5MrOY-l8zKL2AnVVZU7TJOY>

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/USO-DE-MERCEN%C3%A1RIOS-EM-CONFLITO-ARMADO--Mo%C3%A7ambique-n%C3%A3o-aderiu-%C3%A0-Conven%C3%A7%C3%A3o-da-ONU-e-ao-Docmento-de-Montreux-sobre-empresas-militares-privadas.pdf>

⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/06/UNIA%CC%83-O-AFRICANA-A%CC%83-CONTRA-O-USO-DE-MERCENARIA%CC%83-RIOS-MoA%CC%83-C2%A7ambique-nA%CC%83-C2%A3o-aderiu-A%CC%83-ConvenA%CC%83-C2%A7A%CC%83-C2%A3o-sobre-EliminaA%CC%83-C2%A7A%CC%83-C2%A3o-do-Mercenarismo-para-continuar-a-contratar-mercenA%CC%83-C2%A1rios.pdf>

Segurança das multinacionais é garantida pelas FDS a troco de dinheiro

Em Agosto último, a francesa Total, líder do projecto Mozambique LNG em curso na Área 1 da bacia do Rovuma, assinou um memorando de entendimento com o Governo de Moçambique relativo à segurança das operações petrolíferas. À luz do novo entendimento, o Governo destaca contingentes das FDS, designado “Força-Tarefa Conjunta”, para garantir a segurança das actividades do projecto Mozambique LNG em Afungi e na área mais vasta de operações. Como contrapartida, a Total paga subsídios aos afectivos das FDS e providencia condições logísticas, incluindo o fornecimento de alimentação⁵. Isto mostra, mais uma vez, que a segurança das operações petrolíferas é garantida pelas FDS e não por mercenários, como tentou defender o Ministro do Interior.

Um mês depois da assinatura do contrato que privatiza os serviços das FDS, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução através da qual faz notar que todos os interesses industriais e económicos estrangeiros em Moçambique, sejam eles da Europa ou de outros países, devem se guiar pelos princípios orientadores das Nações Unidas

sobre empresas e direitos humanos. E mais: “a Comissão está a explorar compromissos de dever de diligência obrigatório para garantir que os investidores da União Europeia e os que participam na indústria extractiva actuem de forma responsável e contribuam para o desenvolvimento local em países como Moçambique”⁶.

Na Resolução sobre a situação humanitária de Moçambique aprovada a 17 de Setembro, o Parlamento Europeu deplorou a utilização de forças de segurança privadas no conflito, e lamentou que a opção inflaciona o custo monetário para o Estado, além de que os mercenários operam sem qualquer supervisão internacional. Já em Agosto, os Estados Unidos da América manifestaram a sua preocupação com a falta de supervisão das actividades dos mercenários no teatro das operações. “Existe uma preocupação com isso. Como é que você assegura ou como trabalha com a componente de direitos humanos? Como trabalham com as leis do conflito armado e quem está supervisionando a eles”, questionou o Major-General Dagvin Anderson, Comandante do Comando de Operações Especiais dos EUA em África⁷.



⁵ <https://cddmoz.org/protecao-do-projecto-mozambique-lng-memorando-de-seguranca-entre-o-governo-e-a-total-poe-em-causa-a-soberania-nacional-2>

⁶ <https://cddmoz.org/violacao-dos-direitos-humanos-em-cabo-delgado-parlamento-europeu-defende-entrada-de-investigadores-independentes-e-deplora-uso-de-mercenarios/>

⁷ <https://cddmoz.org/estados-unidos-dizem-que-ha-problemas-locais-que-estao-a-ser-explorados-pelos-terroristas/>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

